



A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A HUMANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

INSTITUTIONAL VIOLENCE AND THE HUMANIZATION OF HEALTH SERVICES ASSISTANCE

Auzenir de Oliveira Abrantes Monteiro¹; Deyse Janiele Bernardo Oliveira²; José Cândido da Silva Nóbrega³; Beatriz Azevedo de Almeida Santos⁴; Hellita do Nascimento Fernandes⁵; Annelise Esequiel de Lucena Neves⁶; Aline Cristina Silva⁷

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que o ciclo gravídico-puerperal é marcado por diversas transformações, sejam elas físicas, emocionais, psicológicas, sociais, o que resulta em um momento de extrema vulnerabilidade para a mulher. Dito isto, além de lidarem com essas manifestações inerentes ao processo de gestação, são constantemente impactadas por atos violentos no contexto da maternidade, configurando-se como violência obstétrica.

O conceito de “violência obstétrica” ainda é debatido por vários estudiosos, o que dificulta estipular um significado para tal, sendo mais prevalente seu uso nos países latino-americanos, tendo a Venezuela como pioneira na América Latina por considerar a violência obstétrica como ilegal (CARVALHO; BRITO, 2017)

Nesse sentido, o termo é considerado relativamente novo, sendo a violência obstétrica um tema inicialmente debatido no ano 1950 nos Estados Unidos, através a partir da Ladies Home Journal, que publicou uma matéria intitulada de “Crueldades nas maternidades” que mencionava os atos violentos experienciados por mulheres em seu processo gestacional, que alegavam terem sido submetidas a procedimentos violentos nos serviços de saúde (DINIZ, 2015).

²Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – Sousa-PB;

¹Psicóloga Residente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Caicó-RN;

³ Administrador Mestrando pela Universidade Federal de Campina Grande – Pombal-PB;

⁴Graduanda em Psicologia pela Faculdade Pernambucana de Saúde – Recife-PE;

⁵Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande – Sousa-PB;

⁶Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande – Sousa-PB;

⁷Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal-RN.



Entretanto, os estudos sobre o tema no Brasil deram início na década de 1980 a partir de diversos debates impulsionados pelos grupos feministas e os movimentos sociais da época, que buscavam evidenciar os descasos na assistência à saúde da mulher e a violência obstétrica sofrida por elas, o que mais tarde, seriam pilares importantes para o desenvolvimento de políticas de saúde, como por exemplo, a criação do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) instituído em 2000 objetivando o avanço na qualidade da assistência ao pré-parto, parto e puerpério (BRASIL, 2001; DINIZ, 2015).

Dentro desse contexto, o estudo objetiva compreender o conceito de violência obstétrica e todas as suas nuances, corroborando para a ampliação do conhecimento na área e maior discernimentos dos agravos resultantes dessa prática.

O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica, através da pesquisa de vários autores sobre a temática abordada nos últimos cinco anos, objetivando a formulação e ampliação de novos conhecimentos sobre o assunto em questão, correlacionando às práticas evidenciadas pela literatura científica. Para conduzir o estudo, foi elaborado as seguintes indagações norteadoras: “Quais são as diferentes formas de apresentação da violência obstétrica? Como são evidenciados os impactos físicos e mentais na saúde da mulher?”

A pesquisa foi desenvolvida nas principais bases de dados científicos, como a Scienific Eletronic Library Online (SciELO), a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e o Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes descritores: “Violência Obstétrica”, “Violência psicológica” e “Saúde da Mulher” “Humanização do parto”. Os critérios de inclusão estabelecidos foram aqueles que abordassem a temática; escritos na língua portuguesa; com o período de 2015 a 2018. Como critério de exclusão encontra-se estudos produzidos em um período anterior à 2015 e os artigos não apresentados na íntegra.

2. DESENVOLVIMENTO

GVAAG
GRUPO VERDE DE
AGROECOLOGIA
E ABELHAS

EDITORA VERDE



2.1 Compreendendo o conceito da violência obstétrica

O conceito de violência obstétrica é considerado como amplo e vem sendo, até os dias atuais, traçado a partir da sua relação com os movimentos sociais, que foram tão importantes e necessários para a expansão do debate da temática, forçando o Brasil a pensar sobre políticas públicas que potencializem as práticas de humanização no parto e nascimento, assim como, na formulação de estratégias que deem visibilidade, garantam e protejam os direitos das mulheres (DINIZ et al., 2015)

A violência Obstétrica pode ser caracterizada, segundo a Organização Mundial da Saúde (2014) como todo ato ou omissão por parte dos profissionais de saúde, através de um procedimento físico ou não, considerado como medidas que vão a desacordo com as práticas de humanização ou baseadas em evidências científicas, pelos quais as mulheres estão sujeitas a enfrentar durante a gestação, trabalho de parto, parto, pós-parto e abortamento.

Nesse sentido, esse tipo de violência se constitui como um fenômeno multifatorial e multidimensional capaz de atingir mulheres de todas as esferas socioeconômicas, entretanto, sendo prevalentes em camadas mais vulneráveis da sociedade, à exemplo de, mulheres negras, de baixo nível socioeconômicos, menos escolarizadas e pouco colaborativas nos serviços de saúde (MARTINS; BARROS, 2016).

Dentro dessa perspectiva, é sabido que a violência resulta diversas implicações físicas, psicológicas e emocionais na saúde da mulher, uma vez que esta quando vivencia atos violentos dentro do contexto hospitalar, além de sofrer com procedimentos invasivos, terá que lidar ainda com as consequências de carga emocional, como sentimentos de incapacidade ou anulação frente às suas escolhas, seu corpo e sexualidade.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais importante e necessário a produção científica de estudos na área, buscando evidenciar os possíveis impactos decorrentes de vivências ante a violência obstétrica. Dito isto, a literatura científica vêm abordando esse fenômeno em suas múltiplas facetas, sendo eles: violência física, violência institucional,

GVAA
GRUPO VERDE DE
AGROECOLOGIA
E ABELHAS

EDITORA VERDE



violência psicológica e verbal, violência moral e violência sexual (SOUZA et al, 2016; MARTINS; BARROS, 2016).

2.2 As diferentes formas de apresentação da violência obstétrica

Durante a assistência recebida no processo de parturição, muitas mulheres vivenciam a violência obstétrica, e este fenômeno tornou-se comumente evidenciado nos serviços de saúde em suas diferentes formas de apresentação, tais quais, violência física, psicológica e verbal, institucional, entre outras (CARVALHO; BRITO, 2016).

Normalmente, a violência institucional é a primeira observada nas instituições de saúde, podendo ser compreendida como ações ou formas de organizações do serviço que dificultam a assistência à mulher ou impeçam o acesso aos seus direitos garantidos por lei, como por exemplo, o direito a presença de acompanhante na sala de parto que são frequentemente negados, mesmo sendo instituído e garantido pela lei 11.108 de 2005 (MARTINS; BARROS, 2016).

A violência física é o tipo de violência que normalmente ocorre durante a assistência ao parto, segundo Martins e Barros (2016) trata-se da utilização de práticas indevidas, sem evidências científicas, sobre o corpo da mulher, causando dor ou dano físico. Alguns exemplos dessas práticas são: Litotomia (posição desfavorável para o nascimento); a manobra de kristeller, toques violentos ou excessivos, tricotomia (remoção dos pêlos da região genital), uso rotineiro de ocitocina, entre outros.

Ainda, outra forma de violência obstétrica sofrida por mulheres e familiares nas instituições de saúde, trata-se da violência de caráter psicológico e verbal, caracterizado como toda ação que causa na mulher sentimentos de inferioridade, culpabilização, vulnerabilidade, acuação, insegurança, medo entre outros. Esses comportamentos podem ser identificados através de ações como, por exemplo, humilhações, ofensas, gritos, ironias, comentários desrespeitosos, ameaças, julgamentos, procedimentos mal informados pela equipe ou a realização destes sem a autorização da gestante (MARTINS; BARROS, 2016).

GVAAG
GRUPO VERDE DE
AGROECOLOGIA
E ABELHAS

EDITORA VERDE



Nessa perspectiva, são inúmeros os impactos da violência obstétrica, segundo Marrero e **Bruggemann** (2018) um momento que, no imaginário social é encarado como algo de grande significado, para mulheres que sofrem com a violência durante o trabalho de parto e parto, acabam por gerar sentimentos de insegurança, medo e solidão, configurando-se em uma experiência desagradável, de sofrimento e muitas das vezes, traumática.

Tendo em vista os dados supramencionados, visando a minimização de situações violentas e desagradáveis, torna-se imprescindível o apoio e suporte emocional durante o processo de parturição, através de abordagens humanizadas, de modo que garanta todos os direitos das gestantes, ofertando uma assistência respeitosa, integral e empática, tornando a mulher protagonista desse processo através de estímulos para que esta tenha participação ativa nas decisões que envolvam seu corpo, respeitando seus desejos e vontades (BARBOSA; FABBRO; MACHADO, 2017).

3. CONCLUSÕES

Compreender os processos que cercam a assistência ao pré-parto, parto e puerpério se constitui como uma medida positiva ante ao processo de violência obstétrica, uma vez que conhecer a garantia dos seus direitos dará mais autonomia e segurança às mulheres de serem protagonistas nesse processo.

Ainda, cabem as instituições de saúde, discutir sobre a temática, ressaltando primordialmente a utilização de práticas evidenciadas cientificamente, buscando cada vez mais a incorporação de condutas que caminhem de comum acordo à Política Nacional de Humanização.

Dito isto, o estudo alcançou os objetivos propostos enfatizando a importância da produção acadêmica sobre a problemática da violência obstétrica, buscando alcançar o acesso à disseminação de uma assistência pautada em práticas humanizadas no ciclo gravídico-puerperal, garantindo a organização do trabalho e a garantia a integralidade do cuidado.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, L. de C.; FABBRO, M. R. C.; MACHADO, G. P. dos R. Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas. *Rev.enferm.*, Bogotá , v. 35, n. 2, p. 190-207, ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.

CARVALHO, I. da S.; BRITO, R. S. de. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. *Enfermería Global*, [S.L.], v. 16, n. 3, p. 71, 28 jun. 2017. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia. <http://dx.doi.org/10.6018/eglobal.16.3.250481>.

DINIZ, S. G. et al . Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para sua prevenção. 2015.

MARTINS, A. de C.; BARROS, G. M.. Você vai dar à luz na dor? Revisão integrativa da violência obstétrica em unidades públicas brasileiras. *Rev. dor* , São Paulo, v. 17, n. 3, p. 215-218, setembro de 2016.

MARRERO, L.; BRUGGEMANN, O. M. Violência institucional durante o processo de parturição no Brasil: revisão integrativa. *Rev. Bras. Enferm.* Brasília, v. 71, n. 3, p. 1152-1161, maio de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra: WHO, 2014. Acesso em 30 de agosto, 2018, em <http://apps.who.int/iris/>

SOUZA, A. B. et al. Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: revisão integrativa da literatura. *Rev. Ciênc. Méd.*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 115-128, set./dez., 2016.